

Neste 8 de março, dia mundial de luta das mulheres, nós que fazemos a Articulação de Mulheres Brasileiras em cada canto deste país, vimos, nesta Nota Pública, dizer de nossa firme disposição para seguir na luta feminista antirracista, em favor da autonomia e da liberdade para todas as mulheres do nosso país e do mundo.

Vivemos um contexto de criminalização das lutas e de ameaças às conquistas dos movimentos sociais, e enfrentamos a reação conservadora contra os avanços e conquistas das mulheres. Nestes primeiros meses de 2012, denunciemos novos ataques à autonomia de nós, mulheres, e estamos resistindo às tentativas de mais controle do Estado sobre nosso corpo, através do cadastro compulsório de controle das gestantes. Nosso direito à autodeterminação reprodutiva está ameaçado. Queremos a revogação da MP 557 e medidas efetivas para garantir a saúde reprodutiva das mulheres e a redução da mortalidade materna.

A exploração de nosso corpo cresce na propaganda e na mídia. A violência sexual torna-se atrativo de programas de TV. A medicina estética segue acumulando seus lucros com a manipulação do corpo das mulheres em função de um único padrão de beleza, racista e burguês. Seguimos sendo violentadas pelos homens, em períodos de paz e de guerra. Nas cidades, nas florestas e no campo, no Brasil e no mundo, nas famílias, na rua, no trabalho, afirmamos: temos direito a uma vida sem violência. Temos direito ao nosso corpo.

Vivemos um contexto de desenvolvimento predador da economia capitalista, que avança em formas renovadas de exploração do meio ambiente e das pessoas, destruindo vidas e mercantilizando os bens comuns da natureza. Avançando sobre as terras, mares, rios, fontes e florestas, concentrando terras, fortalecendo os monocultivos e escolhas insustentáveis de produção de energia, como os combustíveis fósseis. Um contexto de consumismo cada dia maior, que reduz o prazer ao ato de possuir, que torna tudo e todas/os descartáveis, que empobrece nossa humanidade. Lutamos por justiça socioambiental. Queremos o direito a alimentos saudáveis, produzidos em relações de trabalho justas, em formas solidárias e cooperadas. Temos direito a ser gente e não objeto ou mercadoria.

Vivemos um contexto de avanço das empresas privadas sobre os recursos públicos, e de retração dos investimentos sociais, com cortes orçamentários. Estados são empurrados para crises pelo poder do capital financeiro, governos tornam-se reféns da dinâmica das bolsas de valores, das políticas cambiais. Territórios inteiros de povos e populações são destruídos e as pessoas desalojadas para dar lugar a empreendimentos imobiliários, hidrelétricas, usinas, fábricas. Queremos a soberania das populações sobre o futuro de seu território. Queremos mais investimentos públicos em saúde pública, mais investimentos públicos em educação pública, mais investimentos públicos nas políticas públicas de proteção social, e o fim de isenção fiscal para empresas que violam os direitos trabalhistas, que agredem o meio ambiente, que discriminam as mulheres e superexploram nossa força de trabalho.

Neste ano eleitoral, enfrentaremos mais uma vez a resistência de políticos de carreira e lideranças partidárias ao avanço da participação das mulheres na política, muitas vezes, impondo limites à organização das mulheres dentro de seus próprios partidos. A lei de cotas eleitorais não é cumprida. As propostas de paridade na política são rechaçadas no Congresso Nacional. Os partidos seguem bloqueando candidaturas femininas ou manipulando candidaturas de suas próprias militantes, no mais das vezes, sem compromisso efetivo com a eleição de mais mulheres. Seguimos sobrecarregadas com a dupla jornada, com menores salários e sem creches acessíveis, ou seja, com as dificuldades de sempre em relação ao tempo e a condições de trabalho e de participação política.

Nas próximas eleições, antevemos os ataques que os fundamentalistas religiosos farão contra nossa liberdade, fazendo da problemática do aborto instrumento de chantagem e de pressão sobre as/os candidatas/os visando mais poder para grupos religiosos na política. Queremos um Estado laico, regido pelas leis criadas pelos homens e mulheres, sem imposições de verdades universais de qualquer religião sobre as pessoas. Queremos uma cultura política libertária, democrática, sem preconceitos, sem ódios, sem a criminalização das mulheres acusadas de serem 'O' mal. Queremos debate honesto, com base em informações corretas e não em discursos levianos e conservadores, que humilham as mulheres. Queremos eleições livres do preconceito de raça, eleições livres de lesbofobia e homofobia. Livres do domínio do poder econômico.

Este ano, e por toda nossa vida, seguiremos na luta feminista, na casa, na escola, no trabalho e na política. Sempre buscando juntar a nossa força com a força das companheiras de todos os movimentos sociais que lutam contra o patriarcado capitalista e racista. **Por autonomia e liberdade para todas as mulheres.**

AMB–Articulação de Mulheres Brasileiras, 8 de março de 2012.